



FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA

**AGRICULTURA FAMILIAR NA COOPERATIVA ORGÂNICA AGROFLORESTAL
COMUNA DA TERRA NO ASSENTAMENTO MARIO LAGO EM RIBEIRÃO
PRETO / SP**

Mathews Bianchini da Silva

Orientador: Antenor Marques Seabra Junior

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância administrativa no universo das da agricultura familiar. O estudo teve como objetivo identificar o perfil do gestor administrativo e suas ferramentas de gestão ligadas a Cooperativa Alternativa A Comuna da terra no município de Ribeirão Preto. Para tanto, utilizou-se como base referências bibliográficas, estudo de caso no assentamento e para coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de campo em um assentamento para coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada, que consistiu na elaboração de questões norteadoras para levantar informações administrativas. Os resultados demonstram a realidade da agricultura familiar em relação a gestão administrativa ineficiente, principalmente devido à falta de controles apesar de apoio de entidades conceituadas no mercado.

Palavras-chave: gestão administrativa, agricultura familiar e assentamento.

ABSTRACT

This work addresses the administrative importance in the universe of family farming. The study aimed to identify the profile of the administrative manager and his management tools linked to the Alternative Cooperative A Comuna da Terra in the municipality of Ribeirão Preto. For this purpose, bibliographical references were used as a basis, a case study in the settlement and for data collection, a field research was carried out in a settlement for data collection through a semi-structured interview, which consisted in the elaboration of guiding questions to raise administrative

information. The results demonstrate the reality of family farming in relation to inefficient administrative management, mainly due to the lack of controls despite support from reputable entities in the market.

Keywords: administrative management, family farming and settlement

INTRODUÇÃO

No contexto atual do mercado, a gestão administrativa tornou-se um fator de grande importância para a sobrevivência das empresas, principalmente no que diz respeito ao perfil dos gestores e as ferramentas utilizadas. Assim, recorre-se às palavras Sobral e Peci (2013, p. 6), Administração como um processo de coordenação e trabalho dos membros da organização e de alocação dos recursos organizacionais para alcançar objetivos estabelecidos de uma forma eficaz e eficiente.

A relevância do presente estudo apresenta a importância do administrador conforme afirma Chiavenato (2006, p.2) que efetua diagnósticos de situações, define estratégias, dimensiona recursos, planeja sua aplicação, utiliza tecnologias, aplica competências, resolve problemas, gera inovação e competitividade.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo avaliar a gestão administrativa na cooperativa Comuna da terra de um assentamento Mario Lago na região de Ribeirão Preto/SP, procura-se, a partir do entendimento do processo de formação e construção histórica da agricultura familiar no Brasil, caracterizar, diagnosticar o perfil do gestor administrativo e as suas ferramentas utilizadas na agricultura familiar através de referências bibliográficas, estudo de caso e pesquisa de campo junto aos integrantes responsáveis da Cooperativa Comuna da Terra em Ribeirão Preto/SP. Este artigo está estruturado, a partir dessa introdução, pela seção 2, que trata sobre a Revisão Bibliográfica, seção 3 Metodologia e seção 4 análise e discussão dos Dados Obtidos na pesquisa de campo. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais e Recomendações, na seção 5.

1. A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Segundo Pasqualotto, Nkaufman e Wizniewsk (2019) a origem do universo é até hoje um tema controverso. Quanto ao homem, trata-se de uma espécie muito mais recente e que não nasceu agricultor ou criador

A sociedade Agrícola teve o seu início quando o ser humano verificou a possibilidade de seu sustento pela exploração com a extração de recursos para sua

sobrevivência. Formavam tribos na busca de alimentos, com isso, havia o problema armazenar e manter excedentes produtivos:

No início das civilizações, os homens viviam em bando, nômades de acordo com a disponibilidade de alimentos que a natureza espontaneamente lhes oferecia. Dependiam de alimentos silvestres, da caça e pesca. Não havia cultivo, criação doméstica, armazenagem e tampouco troca de mercadorias entre bandos. Assim, passavam por períodos de fartura ou carestia. Em cada local que o bando se instalava, a coleta, a caça e a pesca, fáceis no início, ficavam cada vez mais distantes, até um momento em que as dificuldades para a obtenção de alimentos se tornavam tão grandes que os obrigavam a mudar sempre de lugar, sem fixação de logo prazo. (ARAÚJO, 2005, p. 13)

Com isso, surgiu a primeira atividade econômica, o escambo:

As pessoas usavam os próprios bens que produziam para comprar outros bens, ou para quitar suas dívidas. Esse era o sistema de escambo. As trocas eram raras, pois as pessoas tendiam a produzir tudo o que necessitavam e levavam, dessa forma, uma vida muito rudimentar. Aos poucos, aqueles que produziam para a subsistência passaram a levar ao mercado um excedente que trocavam pelos bens que precisavam. (SOUZA; 2003, p. 194)

Com a vinda dos portugueses para o Brasil, o país passou por uma série de ciclos econômicos, sendo muitas vezes centrados em apenas um produto, a monocultura de exportação. Com desgosto motivado pela preferência dada ao processo de industrialização vivenciado ao longo do último século, a economia brasileira nunca deixou de estar atrelada à agricultura ou mesmo ao extrativismo vegetal e mineral.

Durante o período que se convencionou chamar de Brasil pré-colonial, entre 1500 e 1530, a economia em formação consistia basicamente na exploração do pau-brasil, que posteriormente também daria a sua contribuição para a perpetuação do nome do País.

Com a decadência da exploração do pau-brasil a alternativa encontrada foi a cana-de-açúcar, que possuía grande valor comercial no continente europeu. A cana-de-açúcar foi o primeiro ciclo econômico brasileiro com base efetiva na agricultura detendo o monopólio da produção mundial de açúcar até por volta do século XVII. Já os índios no mesmo período cultivavam o milho e a mandioca que eram dois produtos da economia de subsistência.

Com a decadência do açúcar, foram descobertas jazidas de ouro no início do século XVIII, iniciando o chamado ciclo da mineração, ocasionando uma decadência da agricultura.

Segundo Lacerda (2009) o ouro brasileiro provocaria grandes mudanças, que culminaria no esgotamento da primeira fase do açúcar. Já no final do século XVIII, a

agricultura voltou a ocupar a posição dominante impulsionado posteriormente pela abertura dos portos e emancipação política do País.

Na primeira Revolução Industrial ocorreu por volta de 1850, o algodão tornou-se destaque junto a economia mundial e o Brasil teve sua participação deixando de lado a exploração de minério, com isso, voltando a se direcionar para a atividade agrícola, com a ascensão do café. Mediante a isso, no final do século XIX e início do século XX, o café passou a ser o principal produto de exportação brasileira, onde os cafezais espalharam-se pelo Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, Região de Ribeirão Preto e o sul de Minas Gerais:

Durante o longo período do século XIX em que a economia cafeeira se assentou sobre o regime do trabalho escravo (e mesmo nas duas décadas seguintes, ao final da escravidão), o mecanismo de financiamento da produção nas lavouras de café vinculava-se profundamente à comercialização do produto. Nesse sistema, adquiram um papel central os comerciantes (ou comissários) de café das praças de Santos e do Rio de Janeiro, dos quais dependiam, em grande medida, os fazendeiros de café para: a) realizar seus lucros com a venda do produto; e b) obter recursos financeiros necessários à produção. (LACERDA; 2009, p. 32)

Já nas primeiras décadas do século XX, o café continuou prevalecendo e sendo a principal atividade econômica, sendo o Brasil o principal ofertante no mercado mundial. Com uma política de valorização e a intervenção do mercado por parte governo como mecanismo de defesa, passou a comprar o excedente, objetivando o equilíbrio de oferta e demanda do produto:

Como em qualquer atividade produtiva no sistema capitalista, seria razoável supor que a principal fonte de financiamento de capital residisse nos lucros gerados na própria produção, ou, em outras palavras, no autofinanciamento. Contudo, isso não se deu na lavoura de cafeeira até pelo menos a crise de superprodução do final do século XIX e princípio do século XX, em razão das características de exigência de recursos para a formação e operação da lavoura. (LACERDA; 2009, p. 32)

O mecanismo de defesa do café dependia dos financiamentos externos e das exportações para a sua manutenção e, contudo, com a crise de 1929 nos Estados Unidos (EUA), que afetou praticamente o mundo todo, o crédito se esgotou. Com a escassez do crédito externo motivou a produção interna de diversos produtos industrializados que antes eram basicamente importados:

A proposta nacionalista de Vargas restringiu a possibilidades de financiamento externo desses projetos ou a participação de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos, Era uma acumulação financiada internamente pelas altas taxas de lucro das atividades industriais impulsionada pela política de valorização cambial e pela transferência dos excedentes do setor agroexportador para a indústria. (LACERDA; 2009, p. 86)

Na década de 1950, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK) acelerou ainda mais as transformações. Começa êxodo rural devido a

industrialização, a população busca novas fontes de renda nos centros urbanos, que antes era predominantemente rural.

Em meados de 1959 no Brasil, ocorre a instalação da indústria de máquinas agrícolas, especificamente, de tratores. Até 1960, praticamente todos os tratores em atividade no País eram importados porque as primeiras unidades só foram produzidas nesse a partir ano desse ano. Assim, a substituição das importações perdurou na economia brasileira até o final da década de 1970.

Para Dias e Rodrigues (2012) a importação pode suprir falhas na estrutura econômica, colaborando na complementação dos produtos disponíveis a população econômica de um país.

Com as oscilações do cultivo da cana-de-açúcar e seus respectivos ciclos, ocasionou uma modernização do setor agrícola no século XX obtendo um grande impacto sobre a cultura, que além do açúcar, passou a produzir álcool combustível, atingindo novos patamares de produção.

Em 1973, o Governo criou o Programa Nacional do Álcool, popularmente conhecido como Proálcool, através do decreto nº 76.593, objetivando uma fonte de energia alternativa para o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

Para Bocha (2004) o Proálcool foi executado pela iniciativa provida, a partir de uma série de estímulos dado pelo estado:

Na primeira fase do Proálcool (1975 a 1985), foi estabelecida a meta de expansão da produção de 500 milhões de litros de álcool por ano. Foi uma fase em que se incentivou a produção de álcool anidro, a ser adicionado à gasolina, através da criação de destilarias anexas às usinas de açúcar. Este tipo de destilaria permitia utilizar parte da capacidade administrativa e o excedente de cana-de-açúcar das usinas. (BOCHA; 2004, p. 93)

Na atualidade, a soja a principal cultura do agronegócio brasileiro atualmente, mas também é responsável pela mudança geográfica da produção agrícola do Brasil. Em 65 anos, a produção passou das 78 mil toneladas colhidas em 1952 para 114 milhões de toneladas em 2017. O crescimento da soja no Brasil permitiu ao País disputar com os EUA a condição de maior produtor mundial da cultura. A expansão dos plantios de soja no Brasil teve reflexos sobre diversas outras culturas, com destaque para o milho, que apresentou não apenas uma mudança geográfica da produção, mas também fez a safra ser dividida em duas épocas: uma no verão e outra no inverno. Atualmente, o milho se tornou uma cultura agrícola importante no mundo,

a única cuja produção já ultrapassou a marca de 1 bilhão de toneladas. Apesar de o seu principal uso ser para alimentação animal, é possível produzir uma infinidade de produtos com o cereal, com destaque também para os combustíveis.

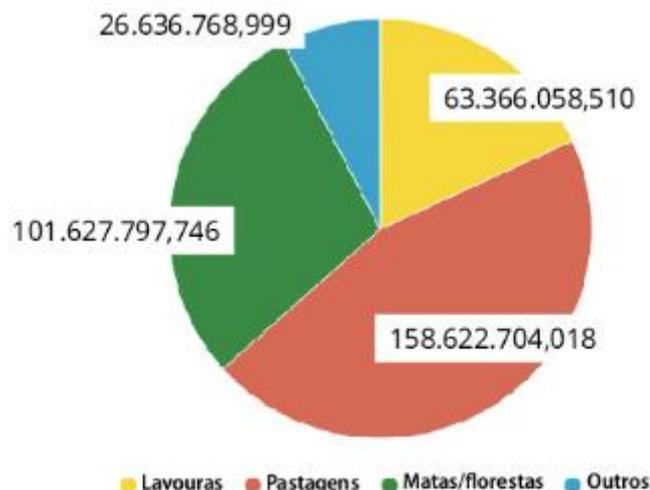
Com o aumento da produção de grãos viabilizou o crescimento da produção de carnes no Brasil, com destaque para a indústria de aves, principal mercado consumidor. Por ser o maior demandante de milho, a indústria de carnes se defrontaria com preços excessivos caso a produção do cereal não aumentasse, restringindo assim o crescimento desta, devido a importância do consumo de grãos na produção animal.

De acordo com Bocha (2004) por ser um setor de desenvolvimento inicial em uma economia, a agropecuária serve como fonte de capital para investimento em outros setores.

O Setor da agropecuária foi importante na formação econômica do Brasil, mas ainda é de extrema importância na atualidade. Devido ao crescimento da demanda mundial de alimentos e os maiores produtores de alimentos no mundo, EUA e China, estão no limite do uso da terra e capacidade produtiva e os impactos que vem ocorrendo com as mudanças climáticas, pragas cada vez mais resistentes, limitações de recursos não renováveis são alguns dos desafios que o País terá que vencer.

Após 11 anos sem atualização, o Censo Agropecuário de 2017 constatou 5.072.152 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 350.253.329 hectares, entre lavouras, pastagens, matas e florestas e outras, conforme se observa no gráfico 1:

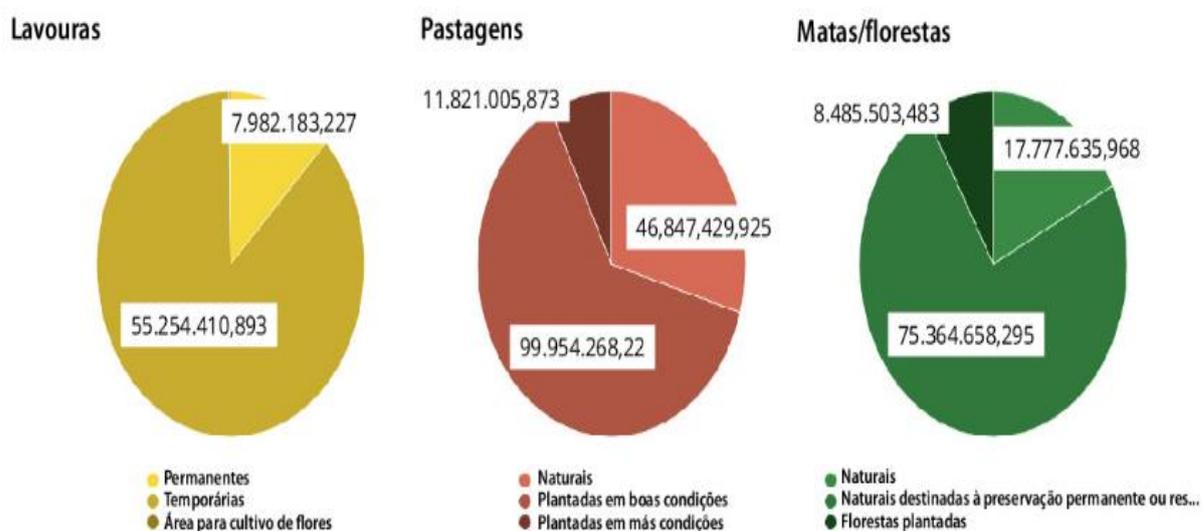
Gráfico 1 – Número de estabelecimentos e de áreas



Fonte: Censo (2017)

Na lavoura, do total de 63.366.058,510 hectares, 7.982.227 hectares de terras permanentes e 55.254.410,893 de terras temporais. Nas pastagens, 158.622.704,018 hectares, 46.847.429,925 hectares de terras naturais, 99.954.268,220 hectares plantadas em boas condições e 11.821.005,873 hectares plantadas em más condições. Por último, matas e florestas, do total de 101.627.797,746 hectares, 17.777.635,968 hectares de naturais, 75.364.658,295 hectares de terras naturais destinadas preservação permanente e 8.485.503,483 hectares de florestas plantadas.

Gráfico 2 – Lavouras, Pastagens e matas/florestas



Fonte: Censo (2017)

Um fator importante que apresentou que foi constatado que nas características dos produtores, sendo o aumento de estabelecimentos onde os produtores do sexo feminino elevando de 12,6% para 18,7 %.

O mercado financeiro brasileiro oferece várias linhas de financiamento rural que são destinadas ao desenvolvimento das atividades agrícolas. O incentivo do setor público ao fortalecimento das atividades no campo, que impactam diretamente na economia do país. Esse incentivo é concedido na forma do crédito rural, que consiste em financiamentos e empréstimos direcionados às pessoas que vivem e trabalham no campo, ou com atividades relacionadas ao desenvolvimento do setor.

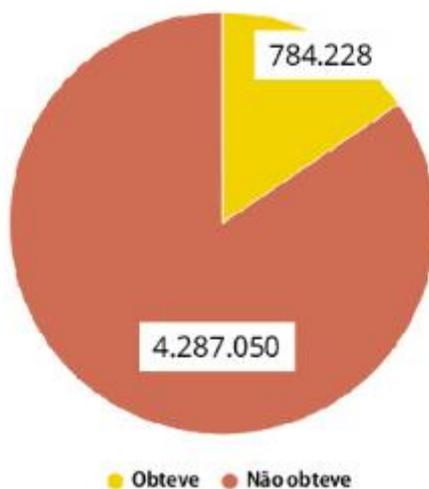
Esses recursos financeiros são oferecidos em condições mais favoráveis em relação a juros, prazos para quitar as parcelas e carência (tempo para começar o pagamento das prestações após a assinatura do contrato).

Geralmente, o financiamento para o homem do campo é utilizado para custear a comercialização e a produção de produtos agropecuários. Isso abrange o

armazenamento, o beneficiamento, a industrialização e a modernização das atividades no campo.

De acordo com o Censo 2017, temos 4.287.050 não utilizaram qualquer tipo de financiamento e 784.228 que obtive algum tipo de financiamento

GRAFICO 3 – Quantidades de produtores que receberam financiamentos e os que não receberam.



Fonte: Censo 2017

Na atualidade, o agronegócio predomina de forma mais intensa, cujo modelo econômico tem em seu objetivo o foco as exportações, bancos e os grandes conglomerados econômicos. Com isso, a necessidade do debate em torno da questão agrária aumentou. O capital estrangeiro, as transnacionais, os grandes grupos econômicos tomaram conta da agricultura no país, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia, para sustentar o seu sistema de consumo.

2. EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma atividade responsável por boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Para Pasqualotto et al. (2019), outro fator importante, é que o termo agricultura familiar funciona como uma espécie de termo “guarda-chuva”, englobando diversas manifestações sociais ligadas ao campo brasileiro.

Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas,

feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças. Na agricultura familiar a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado”. (MAPA; 2019)

Para Pasqualotto et al. (2019) a agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Ainda para Pasqualotto et al. (2019), O uso recente do termo Agricultura Familiar apresenta inclusive diferentes interpretações e definições sobre o seu significado e sobre a sua amplitude.

A agricultura familiar não é propriamente um termo novo, nas políticas de governo e nos movimentos sociais. O Governo Federal público implantou uma política voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996 e depois a Lei 11.326/2006 que acabou em fixar diretrizes para o setor:

Destacam-se as políticas de crédito, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como a mais impactante política para os agricultores familiares, que está em execução. O Pronaf tem sido reformulado e muitas linhas diferentes têm sido criadas para atender à diversidade de expressões da agricultura familiar no Brasil. (PASQUALOTTO et al, 2019, p. 45)

Com o surgimento do termo formal sobre o agricultor familiar, prevista na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006 e que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esta lei considera:

(...) Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”; “(...) A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária”; “(...) Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do

seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”; “(...) silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes”; “(...) aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede”; (...) extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores”; “(...) Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: I - crédito e fundo de aval; II - infraestrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V - comercialização; VI - seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII – agroindustrialização. (Brasil, 2006, p 1)

Ao expor o termo Agricultura Familiar, não há origens históricas sobre esse conceito onde remete apenas uma simples com a agricultura de camponeses.

Pode-se verificar algumas características básicas sobre o conceito clássico de Camponês:

a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; c) Autossustentância combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros. (CARDOSO; 1987, p 56)

Com isso, nota-se que a produção camponesa é aquela em que a família detém a posse dos meios de produção, produzindo tanto para sua subsistência como para o mercado.

Houve muitas mudanças no decorrer dos tempos para o agricultor familiar moderno não representando uma interrupção ligada as modelos anteriores, que se manteve fortalecida pela sua capacidade de adaptação ao novos desafios e exigências da sociedade.

A estratégia adotada pela família camponesa está baseada na diversificação de culturas, fertilização da terra além da criação de animais. Aqui vale uma observação importante: o camponês no brasileiro sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura.

No Brasil, o agricultor que vive no campo os são chamados hoje de agricultores familiares, sendo que, anteriormente, eles tinham diferentes nomes como roceiro e caipira e caboclo.

Com o crescimento das lutas de classe, principalmente no campo e da ação política da esquerda no Brasil, principalmente pelo Partido Comunista do Brasil, acontece um entendimento diferenciado do termo camponês, dando focos diferentes da relação de trabalho e das diversas formas de acesso à terra.

Por volta década de 1980, ocorre uma retomada da organização dos movimentos no campo, alguns com representação nacional e outros não. Com o avanço dos movimentos sindicais com foco nos trabalhadores rurais, todos ligados em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A entidade abriu seu leque para a esfera de demandas por terra e por políticas agrícolas específicas, que antes seu foco era trabalhista. Com isso, surgem novos grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os grupos que reúnem seringueiros e outros que integram os chamados povos da floresta.

O desenvolvimento capitalista no campo levaria o desaparecimento de camponeses, caipiras, pequenos produtores, colonos, assentados e demais temos ou formas familiares de produção rural, que persistiam e apresentavam novas estratégias produtivas e organizadas, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo. Dessa forma, na década de 1990 observamos a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar.

O termo Agricultura Familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade. Ele é utilizado como uma base conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas. É decisiva para a formação do conceito de agricultura familiar a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

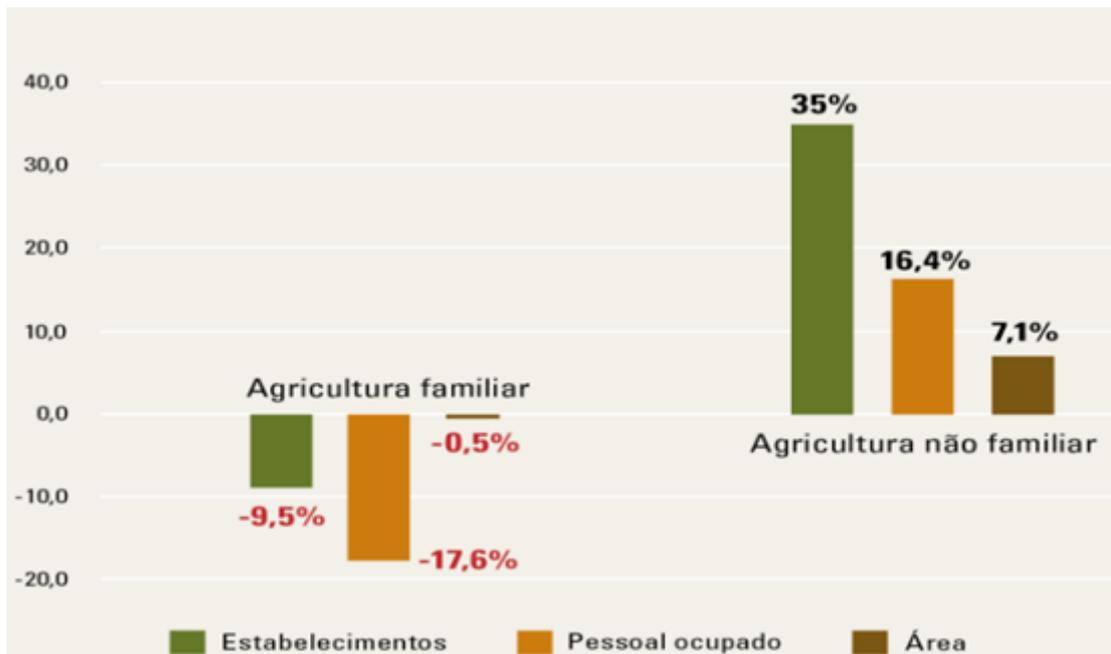
Segundo Pasqualotto et al. (2019) a agricultura familiar deve atender a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

Um ponto importante que deve ser destacado, refere a questão da preservação ambiental atribuída à agricultura familiar. No geral, a agricultura em geral é considerada uma das atividades que produzem maior impacto sobre o meio ambiente e o modelo tecnológico adotado no País tem sido responsável pela produção de inúmeros efeitos negativos. Se, por um lado, a produção patronal monocultora reúne elementos geradores dos impactos negativos, no outro extremo, os estabelecimentos dos agricultores familiares em situação de exclusão também são considerados danosos ao meio ambiente. Porém, isto não se deve à sua natureza de lucratividade máxima ou à sua estratégia de exploração agrícola, como no caso das grandes propriedades.

Por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA é possível encontrar diversos programas de governo destinados direta ou indiretamente ao agricultor familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf) financiado pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) que procura promover a ampliação ou modernização da estrutura produtiva nos estabelecimentos rurais. O programa tem como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores e assentados da reforma agrária, possuindo baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, e com um número reduzido de inadimplência entre os sistemas de crédito no Brasil.

A agricultura familiar encolheu no país. Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, tendo uma redução de 17,6% de pessoas ocupadas e uma redução de área em 0,5% em relação ao último Censo, de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores.

Gráfico 4 – Agricultura familiar e não familiar – variações entre 2006 á 2017



Fonte: Censo 2017

De acordo com o gráfico acima, observa que houve uma queda de menos 9,5 % de estabelecimentos.

De acordo com a Lei 11.326, para ser classificado como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar. Com isso, a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei.

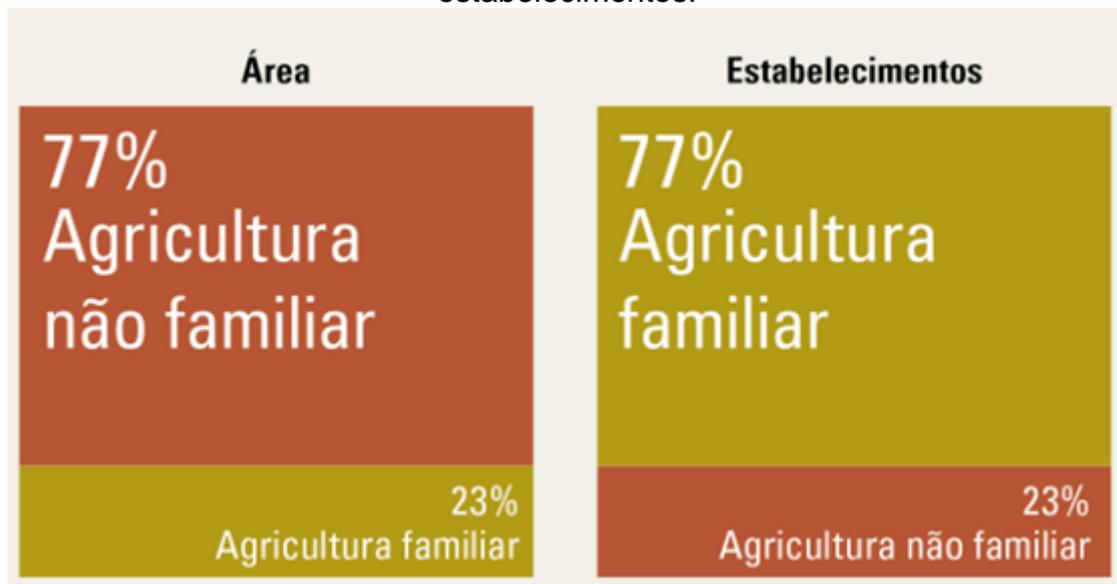
Outro fator é o envelhecimento dos chefes das famílias, ao mesmo tempo em que os filhos optam por outras atividades fora do domicílio agrícola, gerente substituto do Censo Agro 2017. As pessoas estão ficando idosas, o que reduz o número de ocupados. Além disso, há o aumento da mecanização e da contratação de serviços.

A Lei 11.326 foi regulamentada pelo Decreto 9.04/2017, que também mudou a forma de classificar o estabelecimento, principalmente em relação à renda do produtor, com a nova exigência de ser predominantemente obtida no domicílio. Em 2017, dos 4,6 milhões de estabelecimentos de pequeno porte que poderiam ser

classificados como de agricultura familiar, apenas 3,9 milhões atenderam a todos os critérios.

Ainda assim, a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor, 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de commodities agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: apenas 23% do total no país.

Gráfico 5 - Agricultura familiar e não familiar: proporção das áreas e números dos estabelecimentos.



Fonte: Censo 2017

3. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST E O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO

Para Fernandes (2001) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde a sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta:

O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de especialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a. (FERNANDES, 2001, p. 19)

Ainda para Fernandes (2001) as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos Sociais no campo não se restringem ao

nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST).

No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino:

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, aumentam as disputas no campo e entram em cena novos atores, tais como os atingidos por barragem, os seringueiros, educação do campo, Agricultura Familiar os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros, com pautas específicas e complexas relacionadas com a questão agrária. (PASQUALOTTO et al., 2019, p. 32)

A solução para o impasse foi anunciada na 5ª Romaria da Terra, em 23 de fevereiro de 1982. A igreja católica adquiriria uma área de 108 hectares em Ronda Alta. Ali seria montado um abrigo provisório para as famílias, coroando a resistência de 208 dias à repressão militar no acampamento com uma vitória.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra dá um salto qualitativo e se transforma no Jornal Sem Terra. Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passa a ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, de motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então:

As experiências que expandem as possibilidades dessa luta foram construídas na persistência da autonomia política dos sem-terra. Condição reforçada pela organicidade do movimento, que se transformou numa organização ampla e atuante em diversas dimensões da vida dos sem-terra. A inexistência de uma política de reforma agrária não impediu que o MST se territorializasse para todas as regiões brasileiras, lutando contra a exclusão e a exploração. Nesse sentido, a luta pela terra é uma luta popular, de que as instituições, entre elas o Estado, procuram se apropriar politicamente. Por essa via, o Movimento se reproduz não só pela lógica do desenvolvimento das relações econômicas, mas também na construção de relações políticas por meio da ocupação da terra. (FERNANDES, 2001, p. 21)

O 1º Congresso do MST, organizado a partir do 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná, em 1984, aconteceu durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Dele foi tirado como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter

sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo.

O Movimento teve a clareza política de que era necessário ser uma organização autônoma a partidos e governos. O congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Demos uma nova característica da luta pela terra. Saíram de lá convictos de que tínhamos que partir para as ocupações, e construímos o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Em maio do mesmo ano, em menos de três dias mobilizamos mais de 2500 famílias em Santa Catarina, em 12 ocupações. Em outubro, o Rio Grande do Sul ocupou a Fazenda Anoni. Todos os estados começaram a fazer ocupações.

No cenário político, em 1985 houve a eleição pelo parlamento do presidente da república, uma eleição indireta. Abria-se uma expectativa no quadro político de uma possibilidade da Reforma Agrária, pois não havia, naquela época, um partido político que fizesse seu programa de governo sem citar Reforma Agrária.

O país vivia um período de esperança com o primeiro presidente civil em 21 anos. O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias. O plano, porém, fracassou. Cedo, aprendemos que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão ou omissão. Foi assim, com o PNRA, no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida – cerca de 90 mil famílias – ainda assim, graças à pressão das ocupações da terra.

E com o ímpeto combativo de nossos lutadores e sindicalistas, nos empenhamos também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistamos, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. Em seu Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No governo Collor foi caracterizado por uma forte repressão contra a luta dos Sem Terra. Foi durante o governo do seu vice, Itamar Franco, que foi aprovada a Lei

Agrária (Lei 8.629), fazendo com que as propriedades rurais fossem reclassificadas com a regulamentação da Constituição. Essa ação fez com que não existissem mais vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações. Até 1993, quando foi regulamentada a Lei Agrária, não foi possível realizar desapropriações para este fim.

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres da segunda metade do século 20: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará. No mesmo período foram criadas duas medidas provisórias persecutórias para quem ocupava terras, e foi implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações. Foram destruídas as políticas de crédito especial para a Reforma Agrária e assistência técnica criadas durante o governo José Sarney (1985-1990), prejudicando as famílias assentadas e intensificando o empobrecimento.

Entre os anos de 2000 e 2004, após dezesseis anos de existência, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo.

A partir do século 21, o campo brasileiro foi hegemônico de forma mais intensa pelo agronegócio, cujo modelo econômico tinha em seu centro apenas as exportações, os bancos e os grandes grupos econômicos, por isso o discurso que se hegemônizou é o de que a Reforma Agrária não fazia mais sentido, com isso, “o conceito de setor primário ou de “agricultura” perdeu o seu sentido, porque deixou de ser somente rural, ou somente agrícola, ou somente primário. (ARAÚJO, 2005, p. 15)

Com a expansão e consolidação do agronegócio, a complexidade do debate em torno da questão agrária aumentou, e os Sem Terra tiveram que qualificar o debate. O capital estrangeiro, as transnacionais, os grandes grupos econômicos tomaram conta da agricultura no país, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia, para sustentar o seu modo de consumo:

A “agricultura” de antes, ou o setor primário, passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos que vêm de fora. Depende também do que ocorre depois da produção, como armazéns, infraestrutura diversas

(estradas, portos e outras), agroindustriais, mercados atacadistas e varejista e exportação. (ARAÚJO, 2005, p. 15)

No entanto, mais do que nunca a Reforma Agrária era algo necessária. Uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil, mas do jeito de produzir. O que estava em jogo é a disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação.

Na atualidade, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular. Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem-terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos.

Fernandes (2001) afirma que são cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa.

Criado pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal da Administração Pública Brasileira responsável pelo assentamento de reforma agrária, sendo um conjunto de unidades agrícolas, instaladas em um imóvel rural. Conhecida como de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir uma propriedade rural. É importante ressaltar que a família que adquirir deve residir e explorar o lote obrigatoriamente, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas. Os lotes para um assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda com base na capacidade local, como a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de infraestrutura (água, luz, saneamento, coleta de lixo) e outras condições com impacto na capacidade produtiva.

Condicionado como uso comunitária e com edificações voltada para ao coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas poliesportivas. É importante salientar que toda área de reforma agrária tem o cuidado em relação preservação ambiental. Algumas dessas ações para o desenvolvimento do assentamento são executadas pelo Incra ou ainda por meio de parcerias com os governos locais e outras instituições públicas.

Um ponto importante a ser observado é a determinação para o enquadramento na categoria de agricultora familiar, empreendedor ou empreendedora familiar rural, é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

(...) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (...) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (...) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (...) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, ou seja, questionam as atividades da propriedade. (PASQUALOTTO et al., 2019, p. 36)

Cada local tem a sua peculiaridade, apresentando suas limitações e potencialidades, em que os indivíduos se adaptam e criam condições de sobrevivência, utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

O assentamento Mário Lago foi criado no local da antiga Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A antiga fazenda da Barra fica entre a Rodovia Anhanguera e as margens do Rio Pardo, possui 1540 hectares e pertenceu à Fundação Sinhá Junqueira (FSJ), uma importante instituição assistencial na cidade de Ribeirão Preto. Vale lembrar que a Fazenda da Barra tinha características comuns às diversas outras grandes propriedades da região em conflito, ou seja, a improdutividade.

Para estabelecer na área abrangendo a região de Ribeirão Preto, motivou a construção de um projeto de assentamento para reforma agrária com bases agroecológicas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), denominado de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra.

O PDS e a formação de cooperativas, como a Comuna da Terra, buscavam a preservação ambiental com o consumo e o fornecimento de alimentos e na qualidade de vida dos trabalhadores do assentamento, por meio do trabalho de base promovido pelas lideranças do MST e seus responsáveis.

Ao tornar o acampamento Mário Lago uma realidade, os trabalhadores passaram a ter diversas dificuldades, devido à falta de políticas públicas nas áreas como de saneamento básico, saúde, educação, coleta de lixo e transporte público, o que gerou conflitos entre as famílias assentadas com o poder público local.

O processo de desapropriação da Fazenda da Barra iniciou-se em junho de 2000. Os técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Incrá, em parceria com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), realizaram um

relatório agrônômico cuja conclusão apontou que a Fazenda da Barra era uma propriedade rural improdutiva. Em 20 de junho de 2007 foi definitivamente aprovada a destinação da Fazenda da Barra para assentamento de agricultores, criando-se o Projeto de Assentamento PDS da Barra, com previsão de instalação de 468 unidades agrícolas familiares.

Este projeto consiste na aquisição de alimentos da agricultura familiar pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a serem entregues pelos próprios assentados às entidades. Pela proximidade do assentamento com a cidade de Ribeirão Preto, outra forma de comercialização é a venda direta nos bairros próximos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apresenta aspectos relacionados a gestão administrativa e o perfil ao perfil dos cooperados, formas utilizadas e as dificuldades encontradas na gestão no geral.

Com base nas informações coletadas junto ao entrevistado Zaqueu Miguel de Carvalho, brasileiro, casado, pai de dois filhos, um com 20 e outro 24 anos sendo o responsável pela parte financeira e comercial do assentamento que recebe o nome oficial de Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra, mais conhecida como Comuna da Terra. A cooperativa possui 35 famílias de cooperados.

Assim, A Comuna da terra é uma cooperativa inserida no assentamento Mario Lago, que é um assentamento de reforma agrária instituída pelo INCRA¹ na fazenda da Barra que foi instituída entre os anos 2007/2008, como já mencionado anteriormente. Possui cooperados de diversos lugares do Brasil, como do Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste além de receber pessoas de outros assentamentos, inclusive de outras regiões do país, sendo que em sua a maioria do próprio assentamento. O grau de escolaridade dos assentados e em média o primeiro grau.

O assentamento é organizado em 3 movimentos sociais. O assentamento Mário Lago que é do MST², os assentamentos Santo Dias são organizados pelo Movimento de Liberação dos Sem-Terra- MLST³, Índio Galdino que é um assentamento independente, ambos são uma dissidência do MST. São organizados

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

em núcleos e esses núcleos têm os seus coordenadores, sendo esses coordenadores faz parte do Assentamento Mário Lago. A organização do movimento direção e responsabilidade da direção regional, direção estadual, direção nacional do MST, como também, tem a coordenação nacional do MST. Foram assentadas na fazenda da Barra 468 famílias. Cada família possui um modulo de 1,5 hectares que foi a melhor opção na época para que pudesse assentar todos aqueles que faziam a luta pela terra. Na atualidade, o assentamento possui 264 famílias assentadas.

No Mário Lago, temos diversas cooperativas, como por exemplo: Mãos da Terra (cooperativas de mulheres e já possui barracão); a Cooperáris (possui barracão, maquinários, caminhão, tratores e implementos) e a Comuna da Terra (possui barracão, maquinários, caminhão e implementos).

As reuniões para tratar de assuntos internos ocorre uma vez ao mês com os cooperados, que na maioria das vezes acontece todas as sextas-feiras de cada mês às 14:00 horas, onde abordam os problemas da nossa cooperativa (Comuna da Terra) e de alguns problemas do assentamento no geral. Porém os problemas específicos do assentamento são tratados diretamente com a coordenação que é realizada também uma vez ao mês. Segundo Zaqueu, não faço parte da coordenação do assentamento, onde o mesmo já fez parte em gestões anteriores, sendo apenas responsável da Comuna da terra.

A cooperativa Comuna da Terra possui diretoria executiva, diretoria consultiva, conselho fiscal, onde cada um dos membros tem uma atividade dentro do grupo.

A Comuna da Terra é totalmente independente do assentamento. Embora a cooperativa esteja dentro do assentamento e as famílias também, não há necessidade de reportar em nada com relação ao assentamento junto as direções e nem a coordenação nacional do MST.

A produção é composta basicamente hortaliças, frutas, legumes, ovos, ovos caipiras, frango, produtos voltados basicamente ao cultivo da agricultura familiar. Os produtos que são comercializados não têm uma época específica para o seu plantio, além do que, existe o apoio de Instituições como Senai, Sebrae, Instituto Nova Era e Embrapa, que dão suporte.

No caso da Comuna da Terra, o assentamento não possui CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica), por se tratar de uma cooperativa.

Os cooperados possuem um certo grau conhecimento do que é empreendedurismo, mas com uma visão diferente, não deixando de ser um

empreendimento, porém a visão de empreendedor individual ou para outro tipo de negócio não há, pois a visão está mais voltada para questão comunitárias e socialista.

O ponto forte que todos os sem-terra ou todos que fazem a luta fazem por justiça social é direcionado exclusivamente para a luta social. Os pontos fracos são a falta de estrutura por parte do governo, estradas ruins, falta de energia constante, estrutura de distribuição de água muito é ruim e não possuem incentivo para tratamento de água onde o mesmo tem que ser feito por conta própria. Oportunidade é a gente que faz, sendo a nossa luta que nos traz a oportunidade, quando a oportunidade aparece, a gente aproveita. As ameaças é o lobby do agronegócio e das empreiteiras que vê na região a possibilidade de criar empreendimentos no local do assentamento

Tem o conhecimento de todos os projetos que é voltado para Agricultura familiar que é o P.A.A (Programa de Aquisição de Alimentos); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Formação de estoque que são projetos da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)

E feito planejamento coletivo para todo o ano, o que esperamos alcançar tanto nos projetos que ainda estão disponíveis, quanto buscar nas prefeituras a participação nos projetos das merendas com objetivo de captar esses recursos.

O Planejamento de produção e de acordo com a demanda, onde são feitas reuniões com a colaboração de parceiros para identificar e desenvolver um bom planejamento que mais se aproxime da demanda de mercado. As coletas dos dados são feitas diretamente pelas cooperativas e não pelo assentamento geral, sendo as mesmas, armazenadas para uso futuro. Um fator importante e que a cooperativa possui todo o controle financeiro como contas a pagar e contas a receber. Outro ponto importante e que as compras são feitas de forma coletiva, principalmente as mudas e insumos. Vale ressaltar que cooperativa também possui um sistema próprio de financiamento através do crédito rotativo para produtores que tiverem interesse.

Hoje, a renda dos cooperados varia muito de família para família. Nosso objetivo e que eles operem com possibilidade de uma melhor remuneração para cada família. Cada agricultor pode colocar até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano em cada projeto de merenda ou de P.A.A que existir, objetivando para que cada agricultor tenha uma renda melhor e que melhore sua qualidade de vida.

No que tange as questões da administração financeiras individual, tem uma variação de agricultor para agricultor. Por mais que são orientados na questão do

orçamento familiar, há uma preocupação em sempre ajudar os que possuem um menor conhecimento. O objetivo aqui, “não é só fazer a grana ir para o bolso do agricultor cooperado”, mas sim, hora de gastar, fazê-lo da melhor forma possível.

Também, um outro fator importante está relacionado a formação dos preços ou custo de produzir. De fato, o custo de produção é uma situação muito difícil, pois cada cultura tem um custo diferenciado, tendo em vista que trabalham com preço justo por meio de um levantamento baseado nos índices que deve ser aplicado na formação de preço, mas especificar cada produto individualmente, não tem como.

Um outro ponto que foi abordado é sobre o conhecimento sobre os acessos aos programas capacitação, inclusive estamos participando de alguns programas do SEBRAE⁴ e SENAR⁵ que estão sempre colaborando com o assentamento.

Os produtos produzidos são fornecidos basicamente para consumidor final e possuem alguns parceiros que compram diretamente do agricultor, mas o principal mercado ainda está voltado as instituições públicas (no caso as prefeituras) que são adquiridos e entregues para merenda escolar. Os produtos não possuem uma marca específica, diante disso, há ações com o intuito de providenciar a certificação pela ALPAC, objetivando ter o selo e atingir outros mercados.

Os fornecedores são basicamente os de insumos básico como mudas, sementes, esterco, embalagem, calcário, ração. Não é aplicado qualquer tipo de adubo químico em nossas plantações, além do que, sempre é feita uma cotação um de preços, assim, consegue-se uma noção atual com base n histórico de valores de compra.

Um ponto interessante da cooperativa Comuna a Terra, e que seus participantes. Estão sempre participando de cursos, palestras, encontros, intercâmbio para aprender outras experiências, sempre participando de processo de formação. Apoio SENAI⁶, SEBRAE, e de outras cooperativas como a Rede do Florestal, parceiros que apoiam com projetos e estão sempre atentos a isso.

Assim, estão sempre atentos, por trabalhar com produtos são In natura, ainda mais que como não fazem qualquer tipo beneficiamento sempre preocupados em colocar um produto de qualidade no mercado.

⁴ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Já em relação os resíduos, como são todos orgânicos, são destinados para o consumo animal, como as hortaliças, legumes que servem de alimentação para os porcos, galinhas, ou seja, a destinação é para o trato dos animais.

Os consumidores são recebidos em nas áreas do assentamento, objetivando atestar a “certificação orgânica”. O trabalho de marketing com o mercado e o famoso “boca a boca” e, assim, interagindo de alguma forma com os as pessoas que possam comparecer e ver o trabalho ser desenvolvido direto com o agriculto. Outra ferramenta de divulgação é por intermédio do Facebook, entretanto, na maioria das vezes a propaganda ainda é realizada boca a boca ou mesmo por indicação.

Vale lembrar que o tipo de cultivo que a cooperativa atua protege os mananciais e as reservas , junto produção, preservar o meio ambiente com uma agricultura sustentável, pois essa é a nossa luta, uma proposta que não só beneficie quem está a área, mas também toda a sociedade, toda a população de Ribeirão Preto, que faz a captação da água direto do aquífero , ainda mais em um momento em que o aquífero está sendo rebaixado na média de um metro por ano, com isso, a importância da luta sempre buscando a preservação e propiciar para população de Ribeirão Preto uma água de qualidade para consumo.

Por fim, fica o convite para as pessoas que queiram conhecer o assentamento e a sua proposta, adquirindo produtos diretos in natura e com qualidade. A Comuna da Terra e o assentamento Mário Lago sempre à disposição para melhor atendê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou apresentar, brevemente e de maneira didática, os conceitos e a discussão teórica da Agricultura Familiar e uma cooperativa em um assentamento administrado pelo MST. Inicialmente, coube relatar a trajetória histórica do desenvolvimento da agricultura, em seguida da Agricultura Familiar, a formação do MST e sua luta pela terra até chegarmos na Cooperativa Comuna da Terra do Assentamento Mario Lago.

Sabemos que a administrar é uma arte sendo um vasto campo de conhecimento humano associados a diversas ciências. Para atender às necessidades e às expectativas, um administrador necessita ter conhecimentos básicos como nas áreas de finanças, produção, recursos humanos, *marketing*, logística, organização, custos e outras.

Apesar do apoio de diversas entidades conceituadas e de apoio a cooperativa em questão, pode-se perceber que estão bem aquém de conseguirem de fato se organizarem.

Percebe-se que a falta de infraestrutura e investimento em educação afeta todos aos setores e principalmente a agricultura familiar, onde houve a diminuição de produtores familiares e um aumento significativo dos grandes produtores, comprovando que, atualmente o empresário rural o qual possui tecnologias e informações consegue sobressair e avançar para a exportação e ter maior rendimento monetário, enquanto por parte dos assentados por mais que recebem apoio governamentais e de setores privado, ficam estagnados por não terem conhecimento mínimo na área de administração e finanças.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vandei Junqueira **Acampamento Mário Lago luta por políticas públicas e pela preservação do Aquífero Guarani**. 2011. Disponível em:

<<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/acampamento-mario-lago-luta-por-politicas-publicas-e-pela-preservacao-do-aquifero-guarani/>>. Acesso em: 01 out. 2021.

AGUIAR, Vandei Junqueira. **Proposta da Comuna da Terra no Assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto – SP**. Trabalho de monografia apresentado ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3fpO5YB>>. Acesso em: 01 out. 2021.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos do agronegócio**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 160p.

BAIARDI, Amílcar. **Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Danilo R. D. Aguiar e J. B. Pinho (orgs), Anais... Foz de Iguaçu: SOBER, 1999.

BOCHA. C.J.C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.226p.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 126.p

CENSO AGRO. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html> . Acesso em 01 out. 2021

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Person, 2007. 164p.

CHIAVENATO, I. **Administração.** São Paulo: Elsevier, 2006. 375p.

DIAS, R.; RODRIGUES, W. **Comércio Exterior: teoria e gestão;** 3 ed. São Paulo: Atlas; 2012. 353 p.

FIRMIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP) . São Paulo:** Cultura Acadêmica; 2009, 281 p.

FERNANDES; B.M. **A formação do MST no Brasil.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 316p.

LACERDA.A.C et al. **Economia Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2009. 304p.

MAPA. **Agricultura familiar.**2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 03 nov.2021

PASQUALOTTO, N; KAUFMANN; M.P.; WIZNIEWSKY; J.G. **Agricultura Familiar e desenvolvimento rural sustentável.** Santa Maria: RS UAB/NTE/UFSM 2019. 115 p.

SOBRAL, F; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** 2. Ed. São Paulo: Perason, 2013. 611p.

SOUZA; N.J. **Curso de economia.** 2d. São Paulo: Atlas, 2003. 374 p.